

AS PAIXÕES POLÍTICAS E AS NARRATIVAS DA REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE NO TEMPO DE CASTILHO (1842-1845)

Prof. Dr. Eduardo da Cruz
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO: No início da década de 1840, em pleno período da ditadura cabralista em Portugal, ao analisar um drama e sua recepção pelo público português, o escritor Rebelo da Silva escreve na *Revista Universal Lisbonense* que "as paixões políticas refervem, e transpiram nas obras de arte" (23/11/1843, p. 165). É o período de produção de *Eurico, o presbítero*, das *Viagens na Minha Terra*, e de ascensão de jovens romancistas portugueses. O que se destaca no conjunto de narrativas publicadas nesse periódico nos volumes sob redação de António Feliciano de Castilho (1842-1845) são a busca por novas formas literárias e a força das paixões políticas que influenciam na escrita desses romances.

PALAVRAS-CHAVE: António Feliciano de Castilho; Liberalismo; Imprensa Periódica; Alexandre Herculano; Almeida Garrett

ABSTRACT: In the early 1840s, at the height of the cabralista dictatorship in Portugal, the writer Rebelo da Silva analyzing a drama and its reception by the Portuguese public in the *Revista Universal Lisbonense* claims that "the political passions reboil and exude in the artworks" (23/11/1843, p. 165). It's the production period of *Eurico* and of *Viagens na minha terra*, and also the time of the rising of young Portuguese novelists. What stands out in the set of narratives published in this journal during the editorial of António Feliciano de Castilho (1842-1845) is the search for new literary forms and the strength of the political passions that influence the writing of these novels.

KEYWORDS: António Feliciano de Castilho; liberalism; Periodical Press; Alexandre Herculano; Almeida Garrett

Ao analisarmos o romance oitocentista português, não podemos ignorar um importante meio de divulgação, difusão e experimentação: a imprensa periódica. Se voltarmos nosso olhar para a época de ascensão desse gênero em Portugal, é justamente nas revistas que encontraremos as primeiras experiências nesse campo, contemporâneas do período de afirmação do liberalismo, com a violência e reações exaltadas que acompanharam esses anos de revoltas, golpes, pronunciamentos, tomadas de poder e guerras.

Em Portugal, a *Revista Universal Lisbonense*, periódico criado pelos irmãos Castilho em 1841, consegue, durante a redação de António Feliciano de Castilho (1800-1875), afirmar-se como politicamente "neutral" em meio ao

governo cabralista, que perseguia os grupos políticos de oposição e a imprensa. Além disso, a *Revista* transforma-se em um veículo de sociabilidade entre escritores já reconhecidos, como o próprio Castilho, Herculano (1810-1877) e Garrett (1799-1854), e jovens como José da Silva Mendes Leal Jr. (1820-1886), António Pereira da Cunha (1819-1890), Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871) e outros.

Pretendemos, a partir da leitura de “algum trecho de literatura mais amena”, modo pelo qual esses romances são anunciados pela primeira vez em suas páginas, apontar como os impasses político-sociais de Portugal na primeira metade do século XIX aparecem literariamente. Aproveitamos a variedade de colaboradores para compreendermos melhor o campo literário naquele momento, intimamente ligado à política. Fazemos isso seguindo o alerta de Jorge de Sena, que diz:

se o historiador busca a sua caracterização do período apenas nos grandes escritores (e entre eles deveria não esquecer aqueles que, no seu tempo, foram supostos grandes e diminuíram de estatura na medida em que a dos outros se avantajou por um processo em que, na maior parte, o período não tomou parte, mas a posteridade), corre grandemente o risco de caracterizá-lo em termos que não foram suficientemente gerais ou sequer foram comuns às tais maiores figuras.¹

Apesar de Castilho ser hoje um escritor que desperta pouco interesse da crítica e dos historiadores, seu nome ainda era valorizado em meados do século XIX. Assim, sua escolha de colaboradores para o periódico funcionava com o duplo viés: destacar novos escritores acolhendo-os em um jornal de tiragem considerável e atrair mais leitores pela variedade do que publicava. Havia artistas, como Alexandre Herculano; alguns mais alinhados ao setembrismo, como Garrett; legitimistas, como António Pereira da Cunha; ou mesmo cabralistas, como Mendes Leal Jr., por exemplo. As paixões políticas que moviam esses escritores acabaram por influenciar sua escrita. Essa associação era, inclusive, esperada pelo público, como percebeu o crítico

¹ SENA, 1974, p. 70.

Rebello da Silva (1822-1871) ao analisar o drama *D. Maria de Alencastro*, de Mendes Leal Jr.:

As paixões políticas refervem, e transpiram nas obras de arte, posto que seja desacatar-lhe o sacerdocio: estamos como na meia idade; tudo é allusão, como n'aquelles seculos quasi tudo era allegoria: innocente que adeje o pensamento; pura de má intenção que se grave a phrase, cada qual lhe deita logo o seu sentido: as épochas de lucta, de guerra, e de catastrophe são as que mais lisongeam o publico; os dramas meramente familiares, se não se travam com o viver agitado na praça, ou com o enrêdo da côrte, d'onde dependa a sorte do reino, ou da nação, que passa na scena, poucas sympathias carêa².

O predomínio da ficção histórica nas primeiras narrativas românticas portuguesas (e no conjunto ficcional publicado na *Revista Universal* nesse período) é reflexo da mudança de pensamento que estava ocorrendo naquela sociedade e sintoma da violência que acompanhou esse processo de afirmação do liberalismo. Lukács explica que foi a Revolução Francesa, o crescimento e queda de Napoleão que tornaram a História uma experiência de massa numa escala europeia. Foram décadas de muitas transformações e mudanças de governo em vários países, afetando a vida e o pensamento de todos. A constituição do exército e as estratégias bélicas foram alteradas, trazendo a guerra para o dia-a-dia. Isso fez com que as pessoas passassem a compreender a existência como historicamente condicionada³.

Em Portugal a situação não foi menos turbulenta. A história do liberalismo português é marcada pela violência. Ainda na primeira metade do século XIX, há uma sequência de movimentos revolucionários, revoltas, golpes, reações e pronunciamentos. São vários momentos de luta por poder que alteravam o cotidiano e transformavam a História em algo que poderia ser vivenciado, não mais por uma ação de monarcas, senhores e exército, mas pela violência nas cidades e nos campos.

Quem se volta para a política das décadas que precedem a Regeneração assusta-se com a violência que marcava a campanha e o ato eleitoral em si, instituições de um sistema representativo civilizado. Maria de

² REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 14, 23/11/1843, p. 165.

³ cf. LUKÁCS, 1962, pp. 22-24.

Fátima Bonifácio conta que “as eleições eram invariavelmente assinaladas por um cortejo de feridos e até, escrevia-se, por alguns mortos”⁴. Foi por meios violentos que o país mudou de constituição três vezes em quinze anos. Em todos os casos, a violência era justificada pelas forças rebeladas invocando a ilegitimidade dos que detinham o poder. Além disso, era comum o discurso de que d. Maria II estava “coacta”⁵ e era preciso derrubar o ministério para liberá-la. Afinal, as eleições não eram um meio de legitimação do poder, mas um pretexto para questionar sistematicamente o governo. Alexandre Herculano, Rebelo da Silva e Pereira da Cunha podem ter apontado, em suas narrativas, a Idade Média como um período de homens rudes, ou, nas palavras de Herculano na “3ª Carta sobre a História de Portugal”, “epoca em que o vicio, a perversidade, e a cubiça se-apresentavam em todo o seu vigor barbaro, e sem o veu hypocrita com que nestes tempos mais politicos se-costumam esconder”⁶. Contudo, a transformação do regime absolutista, com sua implícita tirania, em uma monarquia constitucional representativa, precisou de um período de adaptação que não foi pacífico. A situação agravou-se em 1842, quando Costa Cabral subiu ao poder, com perseguições aos jornalistas e aos políticos de oposição.

A *Revista Universal Lisbonense* não passou incólume por essas dificuldades. Castilho conta-nos que seu navio teve quase sempre os ventos pela prôa⁷. Casos exemplares são a suspensão da publicação de *Viagens na minha terra* – claramente por motivos políticos⁸ –, a não publicação no dia 10 de fevereiro de 1842 devido a “causas a todos notorias”⁹ (o pronunciamento de Costa Cabral restaurando a Carta) e o período da Revolta de Torres Novas. Tal insurreição motivou uma sucessão de suspensões de garantias, que duraram de 6 de fevereiro a 23 de maio de 1844. “É expressamente sublinhado por

⁴ BONIFÁCIO, 1992, p. 91.

⁵ cf. BONIFÁCIO, 2005.

⁶ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. I, n.º 33, 19/05/1842, p. 394.

⁷ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. II, n.º 1, 22/09/1842, p. 1.

⁸ “Em 1843, estávamos em plena ditadura cabralista, à qual Garrett se opunha abertamente. Lembremos, por exemplo, que *Viagens na minha terra* teve seus seis primeiros capítulos publicados neste ano na *Revista Universal Lisbonense*, de agosto a dezembro. A interrupção teve caráter claramente político. Só em 1845 a publicação seria retomada. No entanto, antes da interrupção, em dezembro de 1843, havia pequenas notas assinadas pela redação que parecem querer retirar as *Viagens* do incômodo lugar de “obra política”, o que só demonstra que o cabralismo reagia nos bastidores” (DAVID, 2007, p. 139).

⁹ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. I, n.º 6 [20], 17/02/1842, p. 61.

Cabral que no espírito dessa lei está inscrita a tentativa de completo controle da imprensa”¹⁰.

Nesse período é publicada a novela de António Pereira da Cunha com o sugestivo título de *O governo nas mãos do vilão*. Logo no início, o leitor encontra d. Ana, fidalga viúva, conversando com a filha d. Helena, pois está preocupada com a demora de Lourenço Rodrigues. O antigo escudeiro do marido de d. Ana, com a morte deste, passou a “olhar para a família como sua, a administrar o haver e fazenda como suas, e a dizer, e a mandar, e a governar...”¹¹. Um simples vilão que se elevava a governador em nome de sua senhora. As memórias eram do século anterior, como indicava o subtítulo, mas Pereira da Cunha, caso o leitor ainda tivesse dúvidas sobre a atualidade da situação, explica: “N’aquelles tempos havia muito d’isso, - e ainda hoje os há”¹². Não era, por sinal, naquela época, a situação de Costa Cabral, governando com mão de ferro em nome da rainha d. Maria II?

Ainda em 1842, o espaço literário da *Revista Universal* fora inaugurado também por um romance histórico: trechos do que viria a ser um dos livros mais lidos e vendidos em Portugal no século XIX, *Eurico, o presbítero*. Antes do início da narrativa de “A Batalha do Chrysus”, Herculano apresenta um pequeno prólogo comentando seu projeto, no qual diz que seu “último poeta godo”: “começou sua peregrinação mais cedo do que eu queria”¹³. De fato, 5 meses antes, em 7 de abril de 1842, ao anunciar a publicação das “Cartas sobre a História de Portugal”, Castilho comentava que a redação já possuía um romance histórico do mesmo autor para publicar¹⁴. Era comum, na época, publicarem-se não só romances inteiros, mas também alguns trechos apenas, como forma de publicidade¹⁵, criando desejo no público leitor. Seria isso que o teria levado a começar antes do pretendido? A situação política o impelira a isso? Fora apenas para agradar o amigo redator? Ou uma forma de ganhar

¹⁰ DORIA, 1996, p.124.

¹¹ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 27, 22/02/1844, p. 328.

¹² REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 27, 22/02/1844, p. 328.

¹³ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. II, n.º 1, 22/09/1842, p. 7.

¹⁴ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. I, n.º 27, 7/4/1842, p. 316

¹⁵ “Na sua maior parte, os romances apareciam, já nos anos 40, publicados na imprensa periódica antes de serem editados em livro. Podiam ser ali apresentados quer na versão integral, quer numa reprodução parcial – sobretudo neste último caso ressalta com clareza a função de lançamento e publicidade que aquela imprensa desempenhava” (SANTOS, 1985, p. 176).

dinheiro, já que as contribuições para os periódicos eram muitas vezes remuneradas?¹⁶ Bem, nessa época Herculano tinha um emprego no Paço como bibliotecário, além de casa na Ajuda. Ao mesmo tempo em que publicava mais cedo do que queria uma obra inacabada, contribuía com a *Revista Universal* com suas “Cartas sobre a História”, cujo último trecho só sai no número 7 do segundo tomo, em 3 de novembro de 1842, o que supriria em parte qualquer necessidade de textos para encher as doze páginas da revista de Castilho.

Causa ainda mais estranheza o fato de nem tudo que fora publicado na *Revista Universal* ter sido aproveitado dois anos depois quando da publicação em volume¹⁷. Teriam sido suprimidos apenas por uma questão de estilo ou por conter algo necessário para entendimento do fragmento, mas desnecessário para quem lesse todo romance?

O final da batalha do Críssus, publicado na *Revista Universal Lisbonense* em 27 de outubro de 1842, foi quase integralmente excluído do romance, tendo sido substituído por um trecho não publicado anteriormente. Parece haver mais dramaticidade no que veio à luz na *Revista*, inclusive com mais falas dos personagens, como Teodomiro conclamando o exército para que não abandassem os que lutam pela pátria. Nessa passagem, Eurico, atacado pessoalmente pelos filhos de Witiza, diz não poder lutar contra os filhos do homem cuja memória ele honra.

Teria essa súplica ao exército e esse aviso aos filhos do rei morto, ao lado de quem Eurico lutara, algo a ver com a situação política em 1842? O governo de Costa Cabral estava no início e tinha forte apoio do exército. Também, grupos políticos de oposição atacavam a defesa da rainha ao cabralismo. Como poderia uma rainha constitucional, filha do rei que venceu o irmão absolutista, apoiar a traição à Constituição que jurara nas Cortes e a centralização do poder que traía o liberalismo?

¹⁶ Numa carta a Adrião P. Forjaz de Sampaio, Herculano reclama de ser preciso pagar aos colaboradores dos periódicos, “porque muitas vezes o trabalho é feito *sem amor*”, mas somente seria possível redigir uma revista sem lucros para os que nela escrevem “se os nossos literatos fossem mais ricos ou mais generosos”. (HERCULANO, *Cartas II*, s.d., p. 105).

¹⁷ Foram cortados do livro praticamente três parágrafos da publicação de 22 de setembro, dois longos parágrafos do dia 29, um parágrafo que saiu em 5 de outubro, quatro parágrafos do dia 20 de outubro, e praticamente todo o texto que saiu no dia 27 de outubro.

Os pequenos trechos do *Eurico* publicados na *Revista Universal* trazem, além de uma preocupação política implícita, um forte desejo de liberdade. Apesar de dois fragmentos aparentemente isolados, a batalha do Críssus e a invasão do mosteiro, há uma união ideológica. A violência e a traição são as armas dos inimigos que só vencem pela sede de poder e de riquezas de alguns. O leitor da *Revista*, que estava acompanhando as cinco “Cartas” de Herculano sabia bem os riscos de dissensões internas. Situação semelhante quando da queda dos godos, no romance. Também, as consequências de guerras civis eram conhecidas, com a diferença de que os homens da idade média não podiam, como pensava Herculano, “ter as idéas de estreita legalidade, que nós hoje exigimos, e devemos exigir dos homens politicos”¹⁸. Isso, publicado em pleno cabralismo, que restaurara a Carta por meio de um pronunciamento militar, contra os votos que juraram a Constituição de 1838, sugere a ilegalidade do governo implantado.

Além das narrativas que se aproximam do que então se considerava “romance histórico”, a *Revista Universal Lisbonense* apresentou ao público duas novidades estéticas, que são a base do romance de “temática contemporânea” em Portugal: *Viagens na minha terra* e o desconhecido *Flor do mar*, de Mendes Leal Jr. Inclusive, na carta “sobre o romance”, que serve de prólogo à sua narrativa, o jovem autor de *Os dois renegados* (1839) assume que pretende escrever um romance contemporâneo, ainda inexistente por lá, segundo ele.

Em *Flor do mar*, a cena inicial descreve o narrador, identificado como o próprio Mendes Leal, passeando no cais do Terreiro do Paço, onde encontra um velho barqueiro, que lhe promete contar sua história de desgrças. É esse relato que ocupa o romance do início do segundo capítulo ao final do décimo segundo, quando o Mendes Leal Jr., acabado o relato, afasta-se do marinheiro. O que o velho contou teria se passado vinte anos antes do encontro com Mendes Leal.

Impossibilitado de aparecer como o editor de um manuscrito antigo, pacto comum entre autor e leitor na época, Mendes Leal apresenta a história narrada por alguém que ele encontrou andando pela cidade. Para aumentar

¹⁸ *RUL*, I, n.º 40, 07/07/1842, p. 473.

sensação de veracidade, há entre os dois um diálogo aparentemente vazio, sobre o tempo. Comentam sobre trovoadas, vento e tormentas naqueles dias. Tudo isso teria se passado, segundo informa o narrador na primeira linha do romance, “ao cair da tarde de um dos dias do mez passado”¹⁹. Se atentarmos ao “Resumo das observações meteorológicas do mez de março de 1843”, publicado na mesma *Revista*, veremos que houve “13 dias tépidos e húmidos, chuvas quasi permanentes e copiosas, ventos mui rijos de SO, e O, com duas tempestades e duas trovoadas [...] segue-se pois que este mez decorreu tépido, muito chuvoso e ventoso”²⁰. Talvez esta estratégia não funcionasse se o romance tivesse sido publicado em volume, como não chegou mesmo a acontecer.

As referências utilizadas ao longo da narração, sobretudo para criticar o comportamento de algumas senhoras preocupadas com a vida alheia, são mais próximas do tempo de produção do romance do que do enredo. Costa Cabral, ao restaurar a Carta de 1826, derrubara o governo conhecido como *ordeiro*, que tinha tentado uma conciliação entre setembristas e cartistas com a promulgação da Constituição de 1838. Mendes Leal ironiza a *Ordem*, associando-a ao burburinho que as mulheres da aldeia faziam comentando as vidas de Rosa e Flor do Mar, esposa e filha do barqueiro.

Primeiro fallavam todas ao mesmo tempo como se levassem um gosto particular enurdecem-se mutuamente. Pouco a pouco foi serenando a tempestade, e o instincto da maldade conseguiu restabelecer a *ordem* n'aquelle petulante parlamento de bruchas velhas²¹.

Após o fim da discussão das velhas do lugar, o narrador emenda: “*Pronunciaram-se*, e podemos affirmar-vos que se *pronunciaram* sem embaraço, nem engasgue”²². A questão do pronunciamento aparece também em *Viagens na minha terra*. Explica a questão, Ofélia Paiva Monteiro em sua edição crítica do livro de Garrett:

¹⁹ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. II, n.º 32, 27/04/1843, p. 397.

²⁰ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. II, n.º 33, 04/05/1843, p. 416.

²¹ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. II, n.º 45, 27/07/1843, p. 559 – itálicos do autor.

²² REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. II, n.º 45, 27/07/1843, p. 560 – itálicos do autor.

O itálico em *pronunciei-me*, presente em todas as versões das *Viagens*, pressupõe uma conotação humorística decorrente de factos da história portuguesa recente: a revolução liberal de 1820 iniciara-se, no Porto, pelo *pronunciamento* militar de 24 de Agosto; em janeiro de 1842, tivera lugar, também no Porto, o *pronunciamento* de Costa Cabral a favor da Carta Constitucional de 1826. (2010, p. 472 – itálicos da autora).

O trecho das *Viagens* a que Monteiro se refere está no primeiro capítulo, no qual o narrador, identificado como o próprio Garrett, informa que a partida para Santarém teria sido em 17 de julho de 1843. Porém, a publicação de *Viagens* na *Revista Universal Lisbonense* só se inicia em 17 de agosto. O tom humorístico dado ao pronunciamento por Mendes Leal apareceu na *Revista Universal* do dia 27 de julho, antes, portanto, do de Garrett ser conhecido. Há diferença entre eles? O cunho anticabralista das *Viagens* fez com que a publicação fosse interrompida. Afinal, Garrett estava indo a Santarém visitar Passos Manuel, líder setembrista, opositor do cabralismo. Mendes Leal, em seu romance, aponta os ordeiros como tendo feito um pronunciamento, que se resumia no texto a palavras e ataques vazios, além de muita confusão e pouca ordem.

O texto garrettiano trazia mais problemas à aura de neutralidade de seu periódico do que Castilho imaginara ao propor a publicação de suas “impressões de viagem”, não só pelo conteúdo político quanto pelo gênero. Garrett rompe com essa expectativa no início do segundo capítulo, prevenindo o leitor (e também o redator) que “não cuide que são quaesquer d’essas rabiscaduras da moda que com o titulo de *Impressões de Viagem*, ou outros que taes, fatigam as imprensas da Europa sem nenhum proveito da sciencia e do adiantamento da especie”²³. O resultado foi a redação da *Revista* se ver obrigada a incluir notas sobre o conteúdo político do que vinha escrito. Castilho era capaz de comer o fruto sem a política e apreciar seu sabor artístico. Era necessário para a continuação da publicação da *Revista Universal Lisbonense* que seus leitores fizessem o mesmo.

Se a VIAGEM NA MINHA TERRA val como romance bem está,
e bem estamos; - o restante que lembre em furta-côres as da

²³ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 2, 31/08/1843, p. 18.

esquerda, as da direita, ou as do centro - pouco mal e pouco bem virá por ahí á republica: que nem já hoje se transformam opiniões com palavras, nem com duas ou tres frases desgarradas no meio de uma relação leve e faceta se hão de ellas nunca transformar. Os que tomarem a politica pelo caroço d'este fructo litterario, comam-n'o deitando fóra o caroço; - os que a julgarem casca, comam-n'o sem a casca - os que a tomarem pela pôlpa não n'o comam, - e temos correntes as nossas contas.²⁴

Sendo partidário da restauração da Carta, António Feliciano deveria saber o que pensava o governo sobre a publicação garrettiana, a ponto de alarmar-se e tentar justificar o que claramente trazia críticas políticas. Não eram apenas ironias com pronunciamentos. Garrett ridiculariza deputados e ministros, considerando jocosamente que seus leitores tinham a

idéa fixa de que um ministro d'estado ha-de ser por força um caixeiro malcreado e petulante que ganhou quatro vintens a agiotar, ou um bacharelzito de requiem arvorado em homem d'estado pelos veneraveis das logeas, ou um general a quem não chegam as forragens e gratificações ordinarias e extraordinarias...²⁵

Garrett também compara o desaparecimento do pinhal de Azambuja com o orçamento de estado, controlado por capitalistas de “companhia de acções” com “emprestimo harmonico”: “É como hoje se faz tudo; é como se passou o thesoiro para o banco, o banco para as companhias de confiança e desconfiança; porque se não faria o mesmo com o pinhal da Azambuja?”²⁶. Além de apontar como facilmente se fazia eleger alguém, por qualquer círculo eleitoral, “– vae para a commissão de fazenda: – depois lord do thesoiro, ministro: é *escalla*, não offendia nem a rabujenta constituição de 38, quanto mais a Carta!”²⁷.

Teria Almeida Garrett percebido que a política, afinal, não mudava assim tanto com a alteração das constituições? A de 1838, conciliatória entre cartistas e vintistas, era uma esperança moderada e ordeira, defendida por ele. Nessa passagem se percebe que o autor das *Viagens na minha terra* já entendia que os interesses que controlavam o governo eram outros, tendo sido

²⁴ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 14, 23/11/1843, p. 163.

²⁵ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 12, 09/11/1843, p. 139.

²⁶ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 14, 23/11/1843, p. 164.

²⁷ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 14, 23/11/1843, p. 164 – grifos do autor.

desnecessária a restauração da Carta por Costa Cabral. Infelizmente, não mudamos muito nesse mundo em que Sancho continua a ser “aquelle *por quem hoje os reis reinam e os fazedores de leis decretam e afferem o justo*”²⁸.

As censuras da redação parecem ter incomodado Garrett. A nota ao capítulo V deve ter inspirado, no seguinte, a digressão sobre a recepção da *Divina comédia*, de Dante: “nem o queimou a inquisição nem o descompoz a Crusca, nem se quer o mutilaram censores, nem o perseguiram delegados por abuso da liberdade de imprensa, nem o mandaram para os dignos pares...”²⁹. Teria Garrett recebido alguma intimação por “abuso da liberdade de imprensa”? Ou o autor das *Viagens* aproveitou a ocasião para lembrar os leitores da proposta do governo de reformulação da lei de imprensa? Esse é o ponto da longa “Breve Nota ao Capitulo Precedente” que a redação anexa à publicação do sexto capítulo, discutindo a proposta do governo, a da oposição e a do próprio redator para essa reforma legislativa.

Após essa nota, a publicação das *Viagens na minha terra* é suspensa. Teria sido decisão do próprio Garrett, ameaçado de ser levado a julgamento por seus “abusos de liberdade de imprensa”? Ou de Castilho, preocupado com possível suspensão de seu periódico devido aos “gracejos politicos” do amigo Garrett? Apenas após a redação da *Revista Universal* ser substituída³⁰ que a publicação recomeçou³¹, talvez por desejo dos proprietários setembristas da empresa que controlava esse jornal, aliado ao momento político mais propício a ataques do governo, em meados de 1845.

Outro romance de atualidade – publicado na *Revista* ainda antes das *Viagens* de Garrett –, foi *Nem anjo nem demônio*, de António da Cunha Sotomaior (1812-1894). Nascido no Rio de Janeiro em 1812, tentava nas páginas da *Revista* um romance, que não conseguiu levar plenamente a termo. São apenas três capítulos desconexos. O primeiro narra um diálogo apaixonado entre Carolina e Carlos. O segundo capítulo, publicado no número seguinte, narra outra cena em diálogo, mas entre uma donzela e sua velha avó cega de tanto chorar. Apenas no último parágrafo o leitor descobre que a neta é

²⁸ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 4, 14/09/1843, p. 43.

²⁹ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 16, 07/12/1843, p. 187.

³⁰ Passou para José Maria Silva Leal.

³¹ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. V, n.º 1, 26/06/1845, p. 6.

Carolina. Há então uma longa interrupção, pois o terceiro e último capítulo só é publicado dois meses depois, desnortando o próprio narrador, que assume: “já me não lembra onde trunquei o meu romance, em verdade vos digo, amigo leitor”, resumindo apenas que sua heroína é uma borboleta. “A minha *borboleta* é anjo e demonio, e esta persuasão em que estou é um mysterio revolucionario, por isso mesmo me *pronuncio* desde já pela minha borboleta. Estou *pronunciado*. Vamos ao romance”³². Antes de terminar o capítulo, afirma mais uma vez: “ha n’este meu amor mais entusiasmo e ardor do que no *pronunciamento* de um Catalão”³³. É o terceiro “pronunciamento”, logo após os de Mendes Leal e de Garrett. O narrador-autor faz nova menção política aos seus amores e ao seu romance recusando qualquer associação com os ordeiros ou com Rodrigo da Fonseca Magalhães³⁴:

Os meus amores não são *ordeiros*, por Deus não! *pasteleiros* tão pouco! são turbulentos e anarchicos; parecem-se com o povo, ora desentoado, ora humilde, isto seja dicto de passagem; nutre-se na sua *loucura* de interrupções e desigualdades: corre vivo e esperto, arrasta-se frouxo e preguiçoso; mas ha n’elles um desenho colorido *especial*, toques novos, caracteristicos como os quadros de *Poussin*; se eu os explicára, déra ao leitor a razão da critica, porque gósto d’este marulhar do coração.

Basta de explicações, visto que terão intendido que o *romance* ha-de ser turbulento e anarchico: se não gostarem, não sei melhor!³⁵

Muito pouco é narrado, quase tudo é entrevisto. O autor-narrador passa o resto do capítulo numa grande digressão sobre seus passeios junto ao Tejo e à visão da casa de sua “borboleta”. Contudo, esse tom humorístico, a partir da situação política do país, não iria, mais uma vez, agradar o redator Castilho. Sotto-Maior, que mais tarde, em 1850, seria o terceiro a assinar o manifesto contra a “Lei das Rolhas”, logo após Herculano e Garrett, deveria saber que seu espaço na *Revista* seria cortado. Um romance “turbulento” não combinava com a proposta de “literatura amena” que Castilho desejava para seu periódico.

³² REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 10, 26/10/1843, p. 116 – itálicos do autor.

³³ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 10, 26/10/1843, p. 117 – itálicos do autor.

³⁴ Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858) foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino de 26 de novembro de 1839 a 9 de junho de 1841, alcunhado de “pasteleiro” por seus opositores.

³⁵ REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, t. III, n.º 10, 26/10/1843, p. 116 – itálicos do autor.

Apesar de a narrativa não avançar, ou contar o desfecho das personagens, não há o “continuar-se-ha” como nos capítulos precedentes.

Alexandre Herculano, em 1834, ao se perguntar pelo estado da literatura pátria e o “trilho” que ela deveria seguir, indicava que se deveria estudar a eloquência, “educar homens que ventilem dignamente as questões de interesse público nas câmaras legislativas, ou que defendam a inocência e persigam o crime nos tribunais já públicos”³⁶. A preocupação com esse gênero parece ter duas causas: o desejo de ver a liberdade bem defendida publicamente e a ausência de romances modernos. De alguma forma, essa questão de Herculano se associou à renovação estética tentada pelos romancistas naquele momento. Há algo em comum entre essas narrativas que estão na base do romance oitocentista português. *Flor do mar*, *Viagens na minha terra* e *Nem anjo nem demônio* fazem uso do discurso político, de seus temas e vocabulários na busca de uma contemporaneidade. Além, é claro, de buscarem o Tejo como fonte de suas histórias. Certamente, não terá sido uma coincidência. A utilização dos mesmos termos, situações e cenários parece mostrar que esses autores, apesar de assumirem posições divergentes no liberalismo, liam-se uns aos outros e buscavam inspiração na política recente do país.

Castilho, em vários momentos ao longo da redação, referiu-se a si mesmo como um timoneiro ao leme de um navio, que navegava entre os turbilhões, avesso às discussões políticas. Para manter a publicação da *Revista Universal Lisbonense* num período conturbado como o do governo de António Bernardo da Costa Cabral, era preciso afirmar várias vezes sua neutralidade. Negar a porção política de seu jornal era evitar problemas com a censura e com o governo. Mesmo quando é impossível ignorar o conteúdo político de uma obra, como no caso do *Arco de Sant’Ana*, de Garrett, Castilho defende a leitura do romance como obra de arte, mas considera problemáticas tais alusões, que prejudicariam sua compreensão pelas gerações futuras³⁷.

³⁶ HERCULANO, 1986, p. 22.

³⁷ "Outra questão é a das allusões politicas de que dizem que o livro está coalhado, allusões detestaveis, allusões deliciosas, segundo na côr conformam ou discrepam com o libré de quem as lê. Nós que não temos libré nenhuma, nem jpa somos - louvado Deus - militantes da política, e só pela paz e pelos interesses materiaes e moraes batalhamos, deixaremos fallar ahi tambem os disputadores encarniçados: dizemos unicamente que para o nosso particular gosto, ministerialismo e opposição, nos parecem damnar

Com colaboradores como esses, António Feliciano de Castilho precisava mesmo esforçar-se para ressaltar o perfil do periódico, que se desejava politicamente imparcial. Explícitas ou alusivas, as questões que exaltavam os ânimos partidários naquela época, sejam elas de menor ou maior vulto, estavam presentes nas narrativas publicadas na *Revista*. Tais ficções estavam longe de ser “amenas”, como ele supunha. Se o leitor de hoje tem dificuldade em compreender o conteúdo político aludido nessas obras, como imaginava Castilho, ao lê-las em conjunto, pode perceber, ao menos, a recorrência desses temas e expressões.

REFERÊNCIAS

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “A Guerra de todos contra todos’ (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)”. In *Análise Social*. v. XXVII (115), Lisboa: 1992 (1º), pp. 91-134.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *D. Maria II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

DAVID, Sérgio Nazar. “Ao Conservatório Real’ e *Frei Luís de Sousa* no Conjunto da obra madura de Garrett (1843 – 1854)”. In: NEVES, Lúcia Maria; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia Maria Bessone.(Orgs.) *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007b.

DORIA, Luís. “A revolta de Torres Novas – 1844”. In: *Análise Social*. v. XXXI (135), Lisboa: 1996 (1º), pp. 101-150.

HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos V* – Edição crítica. Organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

HERCULANO, Alexandre. *Cartas de A. Herculano. Tomo I*. 4ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.

HERCULANO, Alexandre. *Cartas de A. Herculano. Tomo II*. 5ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o Presbítero*. introdução por Carlos Reis. Lisboa: Ulisseia, 1986.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. "Notas complementares do editor". In: GARRETT, João Baptista de Almeida. *Viagens na Minha Terra*. Edição de Ofélia Paiva Monteiro. Lisboa: INCM, 2010.

OLIVEIRA, Paulo Motta. "A construção da crítica literária: Herculano e Garrett". In: NEVES, Lúcia M. B. P. das; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz. *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: eduerj, 2007.

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE – Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes e Litterarios. Colaborado por Muitos Sabios e Litteratos e Redigido por Antonio Feliciano de Castilho. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842. [Também disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1841-1842/1841-1842.htm>>].

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE – Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes e Litterarios. Colaborado por Muitos Sabios e Litteratos e Redigido por Antonio Feliciano de Castilho. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843. [Também disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1842-1843/1842-1843.htm>>].

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE – Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes e Litterarios. Colaborado por Muitos Sabios e Litteratos e Redigido por Antonio Feliciano de Castilho. Tomo III. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1844. [Também disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1843-1844/1843-1844.htm>>].

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE – Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes e Litterarios. Colaborado por Muitos Sabios e Litteratos e Redigido por Antonio Feliciano de Castilho. Tomo IV. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1845. [Também disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1844-1845/1844-1845.htm>>].

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1988.

SENA, Jorge de. "Para uma definição periodológica do Romantismo Português". In AA.VV.. *Estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário, 1974.

EDUARDO DA CRUZ

Professor Adjunto na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras e Comunicação; vice-coordenador dos cursos de Licenciatura em Letras da UFRRJ (*campus Seropédica*); doutor em Estudos de Literatura pela UFF (2013), com tese intitulada *Felicidade pela imprensa: Romantismo na Revista Universal Lisbonense de A. F. de Castilho (1842-1845)*; mestre em Ciência da Literatura

pela UFRJ (2009), com dissertação sobre *Eurico, o presbítero*, de Alexandre Herculano; licenciado em Letras - Português/Inglês pela UERJ (2005); membro do Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras do Real Gabinete Português de Leitura, onde desenvolve pesquisa sobre impressos oitocentistas luso-brasileiros e literatura portuguesa oitocentista, com ênfase nas obras de Alexandre Herculano e António Feliciano de Castilho. E-mail: eduardodacruz@gmail.com